

FALSOS SUCESSOS NO PROCESSAMENTO DO INPUT NA AQUISIÇÃO DE L2: PAPEL DA AMBIGUIDADE NA GÉNESE DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE¹

Perpétua GONÇALVES
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

RESUMO

Neste artigo, assumindo que a mudança linguística é gerida pela aquisição, argumenta-se que as evidências de uma língua que permitem estabelecer as propriedades da sua gramática são analisadas de forma diferente, consoante essa língua é adquirida como língua materna (L1) ou como língua segunda (L2). A razão para esta diferença é que na aquisição de L2 as evidências da gramática da língua alvo podem ser ambíguas em casos em que, quando essa mesma língua é adquirida como L1, não existe ambiguidade. Para ilustrar este argumento, serão apresentados dois estudos de caso sobre o Português de Moçambique, uma variedade não-nativa adquirida por falantes de L1s bantu. Estes estudos de caso mostram que as evidências geradas pela gramática do Português europeu podem fazer emergir valores de parâmetro ‘errados/novos’ que, embora não existentes no sistema gramatical original, são perfeitamente legítimos do ponto de vista da gramática das L1s dos falantes. Em ambos os casos, embora os novos valores de parâmetro não sejam convergentes com a língua alvo, a reestruturação gramatical fica bloqueada porque os valores de parâmetro ‘errados/novos’ parecem analisar com sucesso o input. Além disso, razões extra-lingüísticas também contribuem para a conservação dos valores de parâmetro ‘errados/novos’, nomeadamente o facto de a maioria dos falantes usarem o Português como L2, fazendo com que os efeitos de superfície desses valores de parâmetro ‘errados/novos’ sejam mais densos do que os que são gerados pela gramática do Português europeu.

ABSTRACT

In this article, the point of departure is that language change is driven by acquisition, and it is argued that the triggers for establishing the properties of language-specific grammars differ according to whether first language (L1) or second language (L2) acquisition is involved. The reason for this is that in L2 acquisition evidence about the target grammar may be ambiguous in ways which do not occur in L1 acquisition. To illustrate the argument, two case studies of Mozambican Portuguese, a nonnative variety of Portuguese acquired by L1 speakers of Bantu languages, are presented. These case studies show that strings generated by the grammar of European Portuguese may trigger

'wrong/new' parameter values which, although nonexistent in the original grammatical system, are perfectly legitimate from the point of view of the speakers' L1 grammars. In both cases, although the new parameter settings are not convergent with the target L2 grammar, resetting is blocked because the new parameter values successfully analyse the input. Furthermore, extra-linguistic reasons also account for the nonresetting of the 'wrong/new' parameter values, namely the social context of L2 acquisition, where the original European model is considerably diluted, and the surface effects they set off appear to be denser since the L2 speakers are in the majority.

PALAVRAS-CHAVE

aquisição de língua segunda, ambiguidade, parâmetro, subcategorização, complementador, Português de Moçambique, língua bantu

KEYWORDS

second language acquisition, ambiguity, parameter setting, subcategorization, complementiser, Mozambican Portuguese, Bantu languages

Introdução

O português de Moçambique (PM) constitui uma variedade africana não nativa de uma língua ex-colonial, que está emergindo em situação de contacto com línguas tipologicamente distintas, pertencentes à família das línguas bantu. Estas são as línguas maternas (L1) da maior parte da população (90 %). O PM, escolhido como língua oficial depois da independência do país em 1975, é falado por 39% da população como língua não materna (L2), e apenas 6% da população usa esta língua como L1 (Firmino, 2001). Actualmente, o português/L2 é predominantemente uma língua urbana, adquirida durante a infância na escola e em contexto natural, através de diferentes formas de socialização. Nas zonas rurais, continua a não haver comunidades significantes de falantes de português, uma vez que, exceptuando em contexto escolar, a comunicação verbal é feita através das línguas bantu locais.

Considerando que o PM/L2 é adquirido numa comunidade linguística natural, e não apenas em contexto instrucional, que providencia condições para o pleno desenvolvimento da capacidade linguística dos

seus falantes, neste estudo, defende-se que as propriedades do seu sistema gramatical que diferem do português europeu (PE) não podem ser vistas como instâncias de uma aprendizagem incompleta da língua-alvo, – isto é, como meros erros de aprendentes com conhecimento insuficiente da L2 –, mas como propriedades específicas da gramática de uma ‘nova’ variedade do português.² Assim, como será aqui demonstrado, à semelhança do que acontece em relação à mudança que atinge as línguas adquiridas como L1s, é também possível encontrar explicações sistemáticas para muitas das mudanças que se observam na gramática do PM relativamente ao PE. Esta é a razão por que se defende aqui a hipótese de que a génesis do PM pode ser analisada numa perspectiva diacrónica, como uma instância de mudança linguística que emerge no contexto da sua aquisição como L2 por falantes com L1s bantu.

Neste estudo, assume-se que a mudança linguística é gerida pela aquisição, considerando-se que as evidências que fazem emergir (“trigger”) a gramática de uma língua particular são diferentes conforme essa língua é adquirida como L1 ou como L2, dado que o estádio inicial na aquisição é diferente em cada um destes casos. Assim, mostrar-se-á como é que, para além de o *input* de uma língua poder ser ambíguo tanto para aprendentes que a adquirem como L1 ou como L2, certas estruturas são ambíguas apenas para os aprendentes de L2, devido à influência do conhecimento que já possuem da gramática da sua L1. A ambiguidade resulta assim, por um lado, do facto de o *input* ser analisável na base das propriedades gramaticais da L1 dos aprendentes, levando à incorporação de algumas dessas propriedades na gramática da L2. Por outro lado, igualmente, devido à influência da L1, pode acontecer que seja atribuída à mesma estrutura linguística mais que uma descrição gramatical compatível com a Gramática Universal (GU), mesmo que essa descrição não exista nem na L1 nem na L2. Em ambos os casos, novos valores de parâmetro, distintos dos da língua-alvo, emergem das mesmas evidências que fazem emergir os valores de parâmetro correctos, quando a língua-alvo é adquirida como L1.

Vista nesta perspectiva, a génese do PM constitui um objecto de estudo atraente, que providencia argumentos empíricos de relevo para a unificação de diferentes fenómenos de mudança linguística que afectam as línguas naturais, quer essa mudança ocorra em contextos monolingues ou multilingues. Com efeito, o estudo mostra que, como refere DeGraff (1999: 475), a mudança linguística ocorre em todas as comunidades de fala, e só num ‘cenário quixotesco’ seria possível encontrar um ‘equilíbrio diacrónico puro’.³

Na secção 1 deste estudo, serão apresentados os elementos do processo de aquisição de L1 e L2 que podem explicar diversos fenómenos de mudança linguística. Os principais argumentos que suportam este estudo sobre a génese da gramática do PM serão apresentados na secção 2. A secção 3 trata de questões metodológicas. Na secção 4, serão apresentados dois estudos de caso, que mostram o papel da ambiguidade do *input* na fixação de novos valores de parâmetro no PM. Estes estudos de caso serão revisitados na secção 5, onde se discute não apenas o papel da ambiguidade na mudança linguística, mas também dos factores extra-lingüísticos que favorecem a adopção e estabilização de novos valores de parâmetro em comunidades multilingues.

1. Quadro teórico

Neste estudo, realizado no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, assume-se que a GU tem uma estrutura modular constituída por vários subsistemas de regras e princípios interactivos, e que está disponível no processo de aquisição, quer se trate da aquisição de L1 ou da aquisição de L2 por crianças (cf. Lakshmanan, 1995).⁴ Os parâmetros são propriedades abstractas e primitivas do nosso sistema gramatical, e em cada língua os seus valores estão associados com itens lexicais particulares, isto é, todos estamos apetrechados com princípios universais que não podem ser instanciados sem material lexical (Wexler e Manzini, 1987). Para Borer (1983), cada entrada lexical tem de conter informação

‘flexional’ acerca da sua categoria sintáctica – a grelha de subcategorização, o tipo de marcação casual ou especificações sobre papéis temáticos – e esta informação tem de ser aprendida. A fixação de um valor de parâmetro numa dada língua desencadeia o feixe de propriedades linguísticas específicas que são concretamente observáveis. Por outro lado, no processo de aquisição, a fixação de um único parâmetro tem amplas consequências em todo o sistema gramatical da criança, e esta é a razão por que se fala da natureza ‘catastrófica’ da linguagem (Lightfoot, 1991).

A diferença crucial entre a aquisição de L1 e de L2 é que os aprendentes de L2 já têm não apenas o conhecimento do vocabulário da sua L1, mas também conhecem os valores de parâmetro válidos para a sua L1. Alguns investigadores defendem que este conhecimento prévio da L1 afecta criticamente a construção da gramática da L2. Numa hipótese forte acerca do papel da L1, Schwartz & Sprouse (1996: 68) propõem o modelo de aquisição de L2 “Transferência Plena/Pleno Access (à GU)”, de acordo com o qual o estádio inicial da aquisição de L2 é o estádio final da aquisição da L1.

No processo de aquisição da L1 ou da L2, os dados linguísticos primários a que a criança está exposta desempenham um papel crucial, fazendo emergir as propriedades gramaticais da língua a ser adquirida. Este é o chamado modelo de aquisição da linguagem ‘convergência com o input’ (“input matching”), de acordo com o qual são as produções linguísticas a que estão expostos os aprendentes que fazem emergir os valores de parâmetro específicos de uma língua.

Pode supor-se que, no processo de aquisição da linguagem, os valores de parâmetro que não convergem com a gramática-alvo (L1 ou L2) podem ser fixados de novo, desde que os aprendentes estejam expostos a evidências que mostrem a necessidade de uma reestruturação gramatical. Quando os dados linguísticos admitem mais do que uma descrição gramatical, existe ambiguidade. A gramática de uma língua pode mudar porque as ‘deixas’ para a fixação de um certo valor de parâmetro são ambíguas e enganadoras, sendo compatíveis com mais de um valor de

parâmetro, bloqueando assim a reestruturação gramatical da interlíngua dos aprendentes. Pode falar-se de uma fixação de parâmetros bem sucedida quando a gramática dos aprendentes converge com os valores de parâmetro da gramática alvo. Quando são fixados valores de parâmetro diferentes, dá-se a mudança linguística.

Para Lightfoot (1991; 1999), estes são os elementos da aquisição da linguagem que explicam os fenómenos não ‘caóticos’ da mudança linguística, isto é, aqueles que podem ser tratados no âmbito da teoria da gramática. De acordo com esta abordagem teórica, o carácter ‘catastrófico’ da mudança gramatical tem de ser associado directamente com a natureza catastrófica dos parâmetros, visto que a fixação de um novo valor de parâmetro ecoa no sistema gramatical e desencadeia um novo feixe de efeitos de superfície, dando assim a impressão de que ocorreram muitas mudanças na gramática dos falantes.⁵

À semelhança do que acontece na aquisição de L1, os efeitos catastróficos da fixação de um novo valor de parâmetro também se verificam na aquisição de L2, ou seja, quando a gramática dos aprendentes de L2 muda de um valor de parâmetro para outro, os fenómenos associados a esse valor também mudam (cf. White, 1987; Lakshmanan, 1994; Montrul, 1999).

2. A construção da gramática do PM

Neste estudo, assumindo que a mudança linguística constitui um subcaso da aquisição, defende-se que as diferenças relativamente ao padrão europeu que se exibem no PM resultam da forma como o *input* é analisado pelos aprendentes desta L2, que têm como L1 línguas da família bantu.⁶

A fim de ilustrar este argumento, será aqui apresentado, em primeiro lugar, um estudo de caso em que um valor de parâmetro de marcação casual, presente nas L1s dos falantes, determina a fixação de um valor de parâmetro diferente do PE (secção 5.1). Em segundo lugar, será examinado o caso em que o PE contém um valor de parâmetro que

não faz parte da gramática das línguas bantu, nomeadamente o traço de subcategorização [- CP] das preposições, e, como consequência, este traço gramatical não sobrevive no PM (secção 5.2). Em ambos os casos, embora os novos valores de parâmetro sejam diferentes dos valores da gramática do PE, a reestruturação gramatical fica bloqueada porque, do ponto de vista dos aprendentes, os novos valores de parâmetro parecem não só permitir analisar o *input* com sucesso, como gerar dados que convergem com o *input* da língua-alvo. Como será aqui demonstrado, as mudanças paramétricas que se registam no PM estão relacionadas com o facto de que, quando esta língua é adquirida por falantes com L1 bantu, o *input* gerado pela gramática do PE contém ambiguidades, isto é, contém ‘deixas’ que validam a fixação desses novos traços gramaticais. Como se verá, o desequilíbrio entre o número de falantes nativos e não-nativos de português no contexto social em que ocorre a aquisição do PM desempenha um papel decisivo na forma relativamente rápida e consistente com que os novos valores de parâmetro se difundem e estabilizam como parte desta gramática.

3. Metodologia

Como foi mencionado na secção 1, o PM constitui uma ‘nova’ variedade do português que está ainda em processo de formação. Por essa razão, a maior parte dos seus falantes ainda operam, para alguns valores de parâmetro e propriedades, com mais do que uma gramática, do PE e do PM. Devido a esta ‘diglossia internalizada’ (Lightfoot, 1999: 92), é por vezes difícil saber qual destas gramáticas gerou o *output* nesta língua, especialmente quando os falantes são submetidos a tarefas experimentais. Por exemplo, num estudo anteriormente realizado sobre o PM, verificou-se que, quando submetidos a tarefas de elicitação, os falantes exibiram um comportamento contraditório, classificando frequentemente como agramaticais frases do mesmo tipo das que eles próprios tinham produzido em produções espontâneas anteriores (cf. Gonçalves, 1990).

Dado este comportamento ambíguo dos falantes do PM/L2, considerou-se que, para captar a sua competência linguística, era mais seguro trabalhar com dados não experimentais. A base empírica deste estudo é assim constituída por um *corpus* oral semi-espontâneo (de cerca de 120.000 palavras) e por um pequeno *corpus* escrito (de cerca de 13.000 palavras), onde se encontram dados mais típicos destes falantes de L2. Estes *corpora* foram produzidos por 38 estudantes universitários, falantes de português com L2, com diferentes línguas bantu como L1s. Todos os informantes adquiriram o português L2 antes dos 16 anos, e cerca de 32% adquiriram esta L2 antes da idade escolar, com 5 anos ou menos. O *corpus* oral foi obtido através de entrevistas de cerca de 20 minutos, nas quais se pedia aos informantes que falassem de temas familiares, de forma a recolher produções linguísticas naturais longas. O *corpus* escrito, produzido pelos mesmos informantes, é constituído por frases extraídas de redacções curtas sobre temas livres.

Foram escolhidos informantes com um nível superior de instrução, porque se supõe que há mais probabilidades de este tipo de falantes de L2 ter atingido um estágio estável de conhecimento do português L2, e que, por essa razão, a variabilidade das suas produções linguísticas, típica de falantes de L2s, é menos acentuada, garantindo de alguma maneira a fiabilidade das generalizações que podem ser feitas acerca das propriedades da sua gramática.

4. Estudos de caso

Entre as diferentes mudanças paramétricas que distinguem o PM do PE, aquelas que afectam as propriedades de marcação casual dos verbos e o traço de subcategorização [- CP] das preposições fornecem argumentos relevantes sobre o papel da ambiguidade do *input* na fixação de novos valores de parâmetro.

4.1. O sistema de marcação casual do PM⁷

Considerem-se as seguintes construções, que são possíveis no PM, mas não no PE:

- (1) a. PM: Os pais escondem [_{NP} os filhos] [_{NP} a verdade].
 PE: Os pais escondem [_{NP} a verdade] [_{PP} aos filhos].
 b. PM: [Os filhos] são escondidos [a verdade] (pelos pais).
- (2) a. PM: Eles elogiaram [_{PP} a uma pessoa].
 PE: Eles elogiaram [_{NP} uma pessoa].
 b. PM: Elogiam-lhe_{DAT} muito.
 PE: Elogiam-na_{AC} muito.

As frases do exemplo (1) parecem mostrar, por um lado, que o objecto indirecto (OI) é sintacticamente realizado como um objecto directo (OD), visto que se apresenta como um NP adjacente ao verbo (1a) e ocupa a posição de sujeito em frases passivas (1b). Por outro lado, as frases do exemplo (2) parecem mostrar que os argumentos OD se realizam sintacticamente como OIs visto que são regidos pela preposição *a* (2a) e cliticizam através do clítico dativo *lhe* (e não o acusativo *a*) (2b).

Numa observação preliminar, as frases (1) e (2) parecem ter sido geradas por uma gramática selvagem, em que foram ‘trocados’ os meios lexicais e as estratégias sintácticas usadas no PE para os argumentos OD e OI. Sabendo que, como já explicitado anteriormente, a GU regula o processo de aquisição de L2s, considera-se que esta hipótese tem de ser rejeitada, devendo estas frases serem tomadas como efeitos de superfície de alguma mudança gramatical, que dá origem a este feixe de construções.

De acordo com a hipótese aqui defendida, o novo valor de parâmetro que gera e explica estas frases aparentemente contraditórias está relacionado com o sistema de marcação casual fixado pela gramática do PM.

Tomando como referência os três maiores tipos de línguas propostos por Baker (1988: 264), relativamente aos seus sistemas de marcação casual, pode dizer-se que o PE pertence ao grupo de línguas ‘sem provisões especiais’, cujos verbos atribuem apenas um Caso estrutural. Por seu

lado, as línguas bantu, as L1s dos falantes do PM, pertencem à classe de línguas em que os verbos atribuem Caso a mais de um NP. Por conseguinte, o PE e as línguas bantu distinguem-se quanto aos traços de marcação casual dos verbos: no primeiro, os verbos apenas possuem um traço lexical de marcação casual, e nas segundas, os verbos atribuem dois Casos. No PM, frases como (1) mostram que é a opção de marcação casual das línguas bantu que é adoptada, e não a opção do PE. A fixação deste valor de parâmetro tem diferentes efeitos na gramática do PM, e desencadeia, como se viu, um conjunto de efeitos de superfície aparentemente contraditórios.

Assumindo que, se o conhecimento da L1 guia os aprendentes na aquisição de uma L2 (cf. o modelo de Schwartz e Sprouse, 1996), pode esperar-se que, quando a L1 dos falantes e a língua-alvo/L2 se distinguem quanto a algum valor de parâmetro, pode emergir um valor de parâmetro errado. Por outro lado, dado que são as evidências linguísticas geradas pela gramática da língua-alvo que fazem emergir as propriedades da gramática de interlíngua dos aprendentes, tem de se admitir que a fixação de um valor de parâmetro ‘errado’ só pode ocorrer por exposição a evidências positivas. Por outras palavras, a retenção no PM de um valor de parâmetro idêntico ao das línguas bantu só pode ter ocorrido devido à ambiguidade do *input*, nomeadamente porque há estruturas do PE, que, do ponto de vista das L1s dos aprendentes, parecem ter sido geradas pelos valores de parâmetro fixos por estas línguas.

A fim de compreender como é que as evidências sobre a gramática do PE fazem emergir um novo valor de parâmetro, idêntico ao das L1s dos aprendentes, serão aqui examinadas algumas propriedades relevantes da gramática destas línguas.

Nas línguas bantu, uma consequência do seu sistema de marcação casual é a possibilidade de ocorrer a incorporação da preposição. De acordo com Baker (1988: 229), a incorporação é o “movimento sintáctico de uma categoria X° para ficar adjunta ao seu regente X°”. As chamadas construções aplicativas das línguas bantu podem ser consideradas uma

instância de incorporação da preposição, que decorre da possibilidade de os verbos destas línguas atribuírem dois Casos.⁸

Exemplo:

- (3) Mudjondzi a-yiv-**e1**-ile Tino mabuku
estudante 3^a Pes-rouba-**a**-passado Tino livros
'O estudante roubou livros ao Tino.'

Neste tipo de construção, defende-se que só os verbos que têm dois traços de atribuição casual podem servir como hospedeiros do sufixo aplicativo — el em (3) —porque, apesar de se considerar que este tem estatuto preposicional, não pode atribuir Caso ao NP, por estar incorporado. Por essa razão, o verbo complexo (yiv + el) é o único atribuidor de Caso potencial deste argumento extra (Baker, 1988: 250).⁹

No que se refere ao PE, uma consequência importante do seu sistema de marcação casual é a existência de preposições cuja função é ‘atribuir Caso’ a argumentos de verbos que c-selecionam mais de um NP, mais precisamente um NP/OD e um NP/OI. Examine-se a seguinte frase:

- (4) A Dina pediu [um disco] [ao tio].

Em construções deste tipo, em que o verbo selecciona dois argumentos internos, defende-se que a presença da preposição *a* não é requerida pelas propriedades lexicais do verbo, sendo devida a requisitos de marcação casual (Duarte, 1987). Considera-se assim que, como o verbo *pedir* atribui o único traço de marcação casual disponível ao OD *um disco*, o argumento OI — o NP *o tio* — tem de ser marcado casualmente por um marcador casual extra, a preposição *a*. Assim, de acordo com Duarte (1987), a grelha de subcategorização de verbos com dois argumentos (como *pedir*) é [- NP NP], e não [- NP PP], em que PP seria o argumento OI regido pela preposição *a*. Um argumento empírico em favor desta descrição gramatical é a possibilidade de os argumentos OI cliticizarem

através do clítico dativo *lhe*, uma possibilidade excluída quando os verbos c-selecciónam argumentos PP. Contrastem-se as frases (5a) e (5b):

- (5) a. A Dina pediu [um disco] [ao tio]. / A Dina pediu-lhe um disco.
 b. Assistimos [ao espectáculo] de pé. / Assistimos-*lhe/a ele de pé.

A cliticização do PP *ao tio* (*vs.* a impossibilidade de cliticização do PP *ao espectáculo*) permite dar conta do diferente estatuto da preposição que rege estes argumentos: em (5b), a preposição não pode ser eliminada porque é requerida pelas propriedades lexicais do verbo, ao passo que, em (5a), a preposição pode ser suprimida desde que seja usado um pronome pessoal dativo, que absorve os traços de marcação casual do verbo.

Note-se que o uso da preposição *a* com argumentos OI não fica adequadamente descrito como um mero marcador casual extra. Com efeito, verifica-se que os argumentos OI/NP de verbos com um argumento apenas – que poderiam atribuir Caso a estes argumentos – são regidos pela mesma preposição:

- 6) Telefonei [ao meu director]. / Telefonei-lhe.

De acordo com Gonçalves (1990), o uso da preposição *a* com este tipo de verbo deve-se ao facto de que os OIs requerem Caso dativo. Um argumento em favor desta análise é que, como mostram os exemplos (5a) e (6), estes argumentos cliticizam através do clítico dativo. Assim, a preposição *a* é requerida não apenas com verbos que subcategorizam mais de um NP (como *pedir* em (5a) — mas também com verbos com um argumento apenas (como *telefonar* em (6)). Em outras palavras, no PE a preposição *a* é requerida não apenas como marcador casual de um NP extra em VP, mas também como marcador de Caso dativo de argumentos OI.

Na aquisição do português como L2 por falantes de L1 bantu, os itens usados na marcação casual de argumentos OI são ambíguos porque, como se viu acima, estas línguas fixam um valor de parâmetro distinto, no que se refere aos traços de marcação casual dos verbos. Como consequência, analisados a partir dos valores de parâmetro das línguas bantu, os dados do PE podem sugerir que os argumentos OI podem realizar-se como nominais – veja-se a sua pronominalização através do clítico dativo *lhe* – e que, por essa razão, a preposição *a* pode desaparecer, isto é, a presença da preposição não é indispensável à gramaticalidade das frases. Dito de outra forma, pode supor-se que as evidências a que estão expostos os aprendentes fazem emergir a possibilidade de existir na língua-alvo o processo de incorporação da preposição pelos verbos, estando a preposição invisível porque está incorporada (veja-se Baker, 1988: 283). Se, como se viu acima, “só os verbos que possuem dois traços de marcação casual podem servir como hospedeiros para a incorporação da preposição”, pode considerar-se que, analisados a partir da gramática das línguas bantu, frases como (5a), *A Dina pediu-lhe um disco*, validam a fixação de um novo sistema de marcação casual no PM, em que os verbos passam a atribuir dois Casos. Para estes aprendentes de L2, este tipo de frases parece ter sido gerado por este novo valor de parâmetro porque mostra que a incorporação da preposição é possível, mesmo em contextos em que há mais de um NP em VP.

Tal como prediz Lightfoot (1991; 1999), a fixação de um novo valor de parâmetro tem múltiplos efeitos na gramática dos falantes, que se manifestam através de um conjunto de fenómenos de superfície. Neste caso, em que foi fixado um novo sistema de marcação casual pelos verbos, pode considerar-se que um dos efeitos gramaticais desta mudança paramétrica é a introdução na gramática do PM do movimento sintático da preposição para se combinar com o verbo. Como consequência da possibilidade de incorporação da preposição, registam-se no PM construções de objecto duplo e passivas dativas, completamente excluídas pela gramática do PE. Os exemplos em (1) podem assim ser considerados evidências do novo sistema de marcação casual do PM.

Um outro efeito gramatical desta mudança paramétrica é a nova grelha de subcategorização atribuída a verbos do PE que seleccionam argumentos OD [+ humano], e que, tal como os OIs, atribuem o papel temático de alvo/beneficiário (exemplo (2)). Como foi aqui visto, dada a mudança dos traços de marcação casual dos verbos no PM, a preposição *a* e o clítico dativo deixam de ser analisados como evidências do sistema de marcação casual dos OI no PE. Contudo, as produções linguísticas dos falantes do PM mostram que estes itens lexicais não deixam de ser usados com argumentos verbais [+ humano], nomeadamente OIs (que têm tipicamente este traço semântico) e ODs alvo/beneficiário [+ humano]. De acordo com a análise aqui defendida, na gramática do PM, estes itens são reanalisisados como material lexical específico para argumentos [+ humano]. Esta reanálise parece derivar do facto de, nas línguas bantu, os nomes com este traço semântico formarem uma classe nominal importante, podendo ocupar as posições sintácticas mais proeminentes (veja-se Hyman e Duranti, 1982). Uma consequência desta reanálise é que, na gramática do PM, os verbos do PE que seleccionam OIs e OD [+ humano] passam a possuir a mesma grelha de subcategorização: c-selecionam um PP regido pela preposição *a*, e cliticizam através do clítico dativo do PE. Desta forma, no PM, a preposição *a* passa a pertencer à grelha lexical destes verbos.¹⁰ Em ambos os casos, estes argumentos cliticizam através de **lhe**, independentemente de terem, no PE, a função de OIs (exemplo (7a)), ou ODs (exemplo (7b)). Por outras palavras, na gramática do PM, este clítico deixa de ser interpretado como evidência morfológica do traço de marcação casual [+ dativo] como acontece com os verbos do PE que seleccionam argumentos OI.

- (7) a. PM: Deus vai devolver-lhe a saúde.
 PE: Idem (em que *lhe* = clítico dativo)
 b. PM: Ele deseja lhe ter de corpo e alma.
 PE: Ele deseja tê-la_{AC} de corpo e alma.

Observados na perspectiva desta ‘nova’ gramática, os exemplos (1) e (2) deixam de ser contraditórios, e têm de ser vistos como efeitos de superfície gerados pelas mesmas propriedades gramaticais.¹¹

Em suma, a possibilidade de incorporação da preposição e os novos traços de subcategorização dos verbos que seleccionam OIs e ODs [+ humano] alvo/beneficiário constituem o feixe de mudanças gramaticais associadas à fixação de um novo sistema de marcação casual no PM, mostrando que este novo valor de parâmetro repercute em múltiplas partes desta gramática. Por seu lado, os dados produzidos pelos falantes do PM – onde se incluem as construções de duplo objecto e as passivas dativas – podem ser considerados efeitos de superfície de um novo sistema gramatical, coerente e não selvagem, que gera um *output* diferente daquele que seria gerado pela gramática do PE.

4.2. O traço de subcategorização [- CP] das preposições¹²

No discurso produzido pelos falantes do PM, pode observar-se um conjunto de fenómenos que mostram que os conectores que introduzem orações subordinadas não são os mesmos do PE. Exemplos:

- (8) a. PM: Todo o mundo vê [de que estamos em paz].
PE: Todo o mundo vê [que estamos em paz].
 - b. PM: Sugiro [para que se mude a lei].
PE: Sugiro [que se mude a lei].
- (9) PM: Ele tratou-me mal [embora que éramos amigos].
PE: Ele tratou-me mal [embora fôssemos amigos].

Nos exemplos (8), foram adicionadas preposições ao complementador *que*, e em (9) é o complementador *que*, que aparece associado à conjunção *embora* do PE. Neste estudo, defende-se que estes fenómenos constituem os efeitos de superfície de uma única mudança gramatical, que consiste

na perda do traço de subcategorização [- CP] que as preposições podem atribuir no PE. Como resultado desta mudança paramétrica, verifica-se na gramática do PM a re-análise dos itens lexicais que podem ocupar a posição de núcleo de CP em orações subordinadas.

Nas línguas naturais, todos os itens da classe P apresentam em geral o traço de subcategorização [- NP], que pode assim ser considerado um traço nuclear da sua gramática. Nas línguas bantu, os itens da classe P apenas exibem este traço,¹³ ao passo que no PE alguns itens lexicais desta categoria podem subcategorizar não apenas NPs, mas também ADVPs e CPs. Exemplos:

- (10) a. [_{pp} Para [_{ADV} já]], não posso sair de casa.
 b. É preciso muito azar [_{pp} para [_{CP} que isso aconteça]].

No PM, como consequência da perda do traço [- CP], as preposições do PE deixam de ser consideradas núcleo de PPs que podem subcategorizar CPs. Os PPs que contêm CPs – como em (10b) – são assim re-analisados como CPs (veja-se (14) a seguir). Como será aqui visto, esta mudança paramétrica emerge num contexto em que se verifica uma diferença dos valores de parâmetro fixos pela gramática das línguas bantu e do PE.

As línguas bantu pertencem ao grupo de línguas que dispõem quer de preposições *standard* (isto é, palavras independentes (11a)), quer de afixos preposicionais (itens lexicais que podem desempenhar o papel de preposições) (11b). De acordo com Baker (1988: 231), neste último caso, os afixos têm um ‘traço morfológico de subcategorização que indica que têm de estar ligados (“bound”) a um verbo’ (cf. (11b)).

Exemplos:

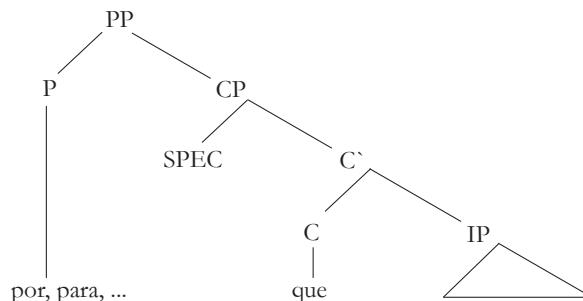
- (11) a. Mudyondzi a-kombel-ile mabuku [**eka** mudyondzisi].
 estudante 3^a Pes-pedi-passado livros a professor
 ‘O estudante pediu livros ao professor.’

- b. Mudjondzi a- yiv- **el**-ile Tino mabuku. [idem (3)]
 estudante 3^aPes-rouba-**a**-passado Tino livros
 ‘O estudante roubou livros ao professor.’

No que se refere aos introdutores de orações subordinadas, pode destacar-se que, nestas línguas, as orações adverbiais são introduzidas por conjunções que se apresentam como formas morfológica e semanticamente complexas. Por exemplo, a conjunção causal *hikuvu* ‘porque’ parece ser formada pela preposição *hi* (‘por’) + *kuvu* (‘ser’), e a conjunção concessiva *hambilesvi* (‘embora’) parece poder ser decomposta em dois elementos, *hambi* (‘também’) and *lesvi* (‘estes’, classe 8).

Quanto ao PE, verifica-se que cerca de 30% das preposições dão evidência da existência do traço de subcategorização [- CP] (cf. as preposições *por*, *para*, *até*, *desde* e *sem*). De acordo com Duarte (1993), as orações adverbiais finitas do PE introduzidas por estas preposições (10b) têm a seguinte representação:

(12)

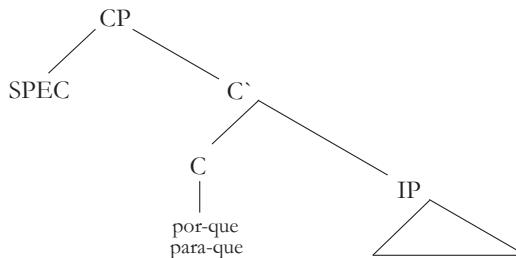


Embora no PE seja possível inserir material lexical entre a preposição e o complementador, não se registam frases como:

(10) b'. É preciso muito azar [PP para [CP **provavelmente** que isso aconteça]].

Dadas estas características das evidências geradas pela gramática do PE, torna-se possível atribuir a frases como (10b), quer a descrição estrutural (12), quer a descrição (13).¹⁴ Neste caso as preposições não são analisadas como núcleo de sintagmas preposicionais:

(13)



De acordo com esta representação, o PP que no PE contém um CP é reanalisado como um CP, e o núcleo deste sintagma é ocupado pela preposição e pelo complementador invariável *que*, os quais, em conjunto, formam um complementador ‘complexo’.

De acordo com os dados empíricos disponíveis, (13) representa a descrição gramatical das orações adverbiais do PE introduzidas por preposição que emerge na gramática do PM. Esta descrição, que deriva de uma análise inadequada do papel sintáctico das preposições que introduzem orações adverbiais, parece dever-se ao facto de que os dados do PE permitem mais do que uma descrição gramatical, pois os traços do PE que poderiam levar ao estabelecimento do traço de subcategorização [- CP] são ambíguos. A mudança paramétrica neste caso consiste na perda deste traço de subcategorização das preposições do PE. Como consequência, emerge um novo tipo de complementador ‘complexo’ na gramática do PM. Assim, por um lado, este novo complementador acaba por ser mais semelhante aos complementadores das línguas bantu que, como se viu, são formas morfológica e semanticamente complexas. Por outro lado, esta nova descrição gramatical permite acomodar na gramática do PM as preposições do PE que perderam o traço de subcategorização [- CP] e que continuam a introduzir orações adverbiais, gerando

frases foneticamente idênticas às da língua alvo. Em outras palavras, para os falantes do PM esta mudança paramétrica parece corresponder a uma análise bem sucedida do *input*, e, por essa razão, a reestruturação gramatical que poderia conduzir à fixação de um novo valor de parâmetro, compatível com a gramática do PE, fica bloqueada.

Tal como se verificou no estudo de caso anterior, esta mudança paramétrica desencadeia um conjunto de efeitos de superfície. Estes efeitos não atingem apenas as orações adverbiais do PE introduzidas por preposições, visto que, como se viu acima, a ‘nova’ gramática (cf. (13)) gera frases que parecem convergir com o *input* gerado pela gramática do PE. Os efeitos de superfície desta nova gramática podem observar-se no formato dos complementos verbais oracionais introduzidos pelo complementador *que*, assim como nos introdutores de orações adverbiais não-canónicos (cf. *embora*), isto é, aqueles que não estão associados a uma palavra-Q (cf. exemplo (9a)).

O efeito de superfície deste novo valor de parâmetro é a introdução de orações completivas por uma preposição, passando estas a apresentar uma estrutura sintáctica idêntica às orações adverbiais introduzidas por uma preposição (cf. (10b)).¹⁵ Os exemplos (9) são aqui repetidos, formalmente tratados de acordo com a (nova) descrição gramatical apresentada em (13):

- (14) a. PM: Todo o mundo vê [CP [_C de-que estamos em paz]].
 b. PM: Sugiro [CP [_C para-que se mude a lei]].

Não parece correcto considerar que estas construções resultam da alteração das propriedades de c-selecção dos verbos superiores (*ver* e *sugerir* nos exemplos acima), que, no PM passariam a seleccionar PP (em que PP se reescreveria P CP), visto que os falantes não produzem complementos equivalentes, não oracionais, realizados como PPs. Com efeito, não se registam nas produções dos falantes do PM construções como *ver* [PP **de** [_{NP} *um acidente*]] ou *sugerir* [PP **para** [_{NP} *uma viagem*]] (em

vez de *ver* [_{NP} *um acidente*] ou *sugerir* [_{NP} *uma viagem*]). Para compreender esta aparente contradição na regência de complementos de verbos que seleccionam complementos oracionais – em que apenas estes seriam regidos por preposição – tem de se admitir que o uso das preposições junto do complementador deriva do novo valor de parâmetro acima descrito, de acordo com o qual, diferentemente do PE, em que as preposições podem seleccionar CPs, elas são consideradas parte de um complementador complexo (*de-que*, *para-que*).

Uma outra consequência desta mudança paramétrica é a recategorização de complementadores adverbiais não-canónicos, como *embora*. No PE, o uso destes intodutores adverbiais como complementadores parece resultar de um processo diacrónico de recategorização, idêntico ao que ocorre em inglês com preposições como *after* ('depois') ou *before* ('antes') (cf. Dubinsky e Williams, 1991). Como resultado do novo formato dos complementadores no PM, estes intodutores adverbiais são reanalisisados como parte de complementadores complexos, sendo associados ao complementador 'standard' *que*. Assim, de acordo com a descrição gramatical (13), a frase (9) deverá ser representada da seguinte forma:

- (15) PM: O Aldo tratou-me mal [_{CP} [_C *embora-que* *éramos amigos*]]].

Em síntese, a emergência de um complementador complexo decorre de uma mudança gramatical devida à perda do traço de subcategorização [- CP] das preposições do PE. Os efeitos de superfície desta mudança gramatical são a introdução de orações completivas verbais do PE por complementadores complexos (*de-que* e *para-que*) e a re-análise das conjunções adverbiais não canónicos do PE, que passam a apresentar-se igualmente como complementadores complexos.

5. Discussão e conclusões

Os estudos de caso aqui apresentados mostram que os novos valores de parâmetro que afectam o sistema de marcação casual e o traço de subcategorização [- CP] das preposições do PE emergem no contexto de uma diferença entre valores de parâmetros das línguas bantu e do PE. Em ambos os casos, os novos valores de parâmetro resultam dos mesmos dados que fazem emergir os valores de parâmetro ‘correctos’ quando a língua alvo é adquirida como L1, isto é, existem ‘deixas’ ambíguas no *input* que fazem emergir diferentes valores de parâmetro. A ambiguidade deriva quer da possibilidade de o *input* ser analisável pela gramática das línguas bantu dos aprendentes (vejam-se as construções dativas), quer da possibilidade de poder ser atribuída à mesma estrutura linguística mais de uma descrição gramatical (veja-se o caso das orações subordinadas).

Uma explicação possível para esta ambiguidade reside no facto de que, na aquisição de L2, o conjunto de dados linguísticos que podem fazer emergir os valores de parâmetro da gramática da língua-alvo são determinados não apenas pela GU, mas também pelo conhecimento prévio de um sistema linguístico específico, a L1 dos aprendentes. De acordo com os estudos de caso aqui apresentados, para aprendentes de L2, as evidências acerca da gramática alvo podem conter ambiguidades que não existem quando esta língua é adquirida como L1. Como consequência, ou se dá a incorporação de traços da L1 dos aprendentes na gramática da L2, ou se perdem propriedades gramaticais da L2 alvo. Em qualquer dos casos aqui analisados, a GU intervém garantindo que a gramática da L2 é uma gramática possível de uma língua natural, confirmando assim as teorias que defendem que a aquisição de L2, tal como qualquer actividade linguística, é parte da faculdade humana da linguagem.

Note-se que, embora a ambiguidade do *input* possa justificar a fixação de novos valores de parâmetro na gramática do PM, ela não explica por que razão não ocorre a re-fixação de alguns dos valores de ‘errados’, contrariando assim o que é esperável e possível no processo de aquisição

de uma L2 por crianças. Com efeito, defende-se em geral que os valores de parâmetro errados que emergem na gramática de interlíngua durante esse processo podem ser fixados de novo, de forma a que essa gramática seja convergente com a gramática da língua-alvo/L2. No caso concreto do PM/L2, a pesquisa já realizada sobre estágios de desenvolvimento desta gramática mostra que os valores de parâmetro errados que emergem no processo de aquisição por crianças com L1 bantu são fixados de novo, levando à convergência com a língua-alvo, o PE. Por exemplo, de acordo com Gonçalves e Maciel (1998), no desenvolvimento da projecção funcional CP, ocorre uma recategorização inicial de algumas preposições do português como complementadores (está neste caso, por exemplo, o uso da preposição *até* como introdutor de orações finitas (Cf. *O leão lutou [CP até [venceu o boi]]*)). Contudo, esta estrutura não sobrevive na gramática madura dos falantes adultos do PM, mostrando assim que, por exposição a evidências adicionais, ocorre a reestruturação da gramática dos aprendentes. Em síntese, teoricamente – isto é, de acordo com o modelo de aquisição aqui assumido – seria esperável que alguns dos efeitos visíveis dos valores de parâmetro ‘errados’ mostrassem aos aprendentes do PM/L2 que a aquisição desta língua-alvo não foi bem sucedida, conduzindo assim à fixação de novos valores de parâmetro. Contudo, não foi isto que aconteceu no caso dos valores de parâmetro aqui analisados, em que os efeitos de superfície dos valores de parâmetro ‘errados’ que deveriam mostrar que não houve convergência com a gramática da L2 parecem não ser visíveis para os aprendentes com L1 bantu. Consequentemente, a conservação de valores de parâmetro ‘errados’ que se verifica nos estudos de caso aqui apresentados não pode ser vista como uma característica especial destes falantes de L2, tornando necessário tomar em consideração outros factores que intervêm igualmente no processo de aquisição do português como L2.

A fim de compreender por que não ocorre a reestruturação gramatical que levaria ao abandono dos valores de parâmetro ‘errados’, é preciso tomar em consideração o papel que os factores extra-linguísticos

desempenham neste processo. No caso específico das variedades de línguas ex-coloniais, estas são adquiridas num contexto multilingue, em que os falantes nativos do padrão europeu são em número reduzido, e, por essa razão, a maior parte dos dados do português a que estão expostos os aprendentes em Moçambique são produzidos por outros falantes desta língua como L2. Assim, as evidências que poderiam conduzir à fixação dos valores de parâmetro da língua-alvo são menos robustas, porque há poucos falantes desta língua como L1 que produzem apenas dados gerados pela gramática-alvo padrão. Pelo contrário, a preponderância quantitativa de falantes de L2 tem como principal consequência que os efeitos visíveis dos valores de parâmetro ‘novos/errados’ se tornam mais densos. Em vez de mostrarem a necessidade de re-estruturação gramatical, estes efeitos conduzem à retenção destes valores de parâmetro, visto que eles são tomados não como evidências de alguma falha na aquisição do PM/L2, mas antes como ‘deixas’ para novos valores de parâmetro. Esta situação pode tornar-se particularmente ‘dramática quando os dados do *input* são ambíguos e permitem mais do que uma descrição gramatical, como é o caso dos valores de parâmetro aqui apresentados. Em consequência desta situação, num período de tempo relativamente curto desencadeia-se uma ‘reacção em cadeia’ (Lightfoot, 1999: 101), e os efeitos de superfície dos ‘novos/errados’ valores de parâmetro são interpretados pelos aprendentes de L2 como ‘deixas’ para valores de parâmetro específicos da nova gramática.

É no quadro dos argumentos aqui apresentados que, neste estudo, se defendeu que as diferenças entre as variedades não-nativas de línguas ex-coloniais e as gramáticas das variedades nativas européias devem ser analisadas numa perspectiva diacrónica, e não como instâncias de uma aquisição imperfeita. As novas propriedades gramaticais que se exibem nestas variedades devem assim ser vistas como parte de um ‘novo’ estádio de língua, que emerge em contextos em que os falantes nativos da norma europeia são quase inexistentes.

Referências

- BAKER, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1988.
- BORER, H. *Parametric syntax: case studies in Semitic and Romance languages*. Dordrecht: Foris Publications, 1983.
- DEGRAFF, M. Creolization, language change, and language acquisition: an epilogue. In: DEGRAFF, M. (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony and development*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999. p. 473-543.
- DUARTE, I. *A construção de topicalização na gramática do Português*. Unpublished. Doctoral Dissertation, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.
- _____. *Construções de subordinação*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993. (Manuscrito).
- DUBINSKY, S.; Williams, K. Recategorization of prepositions as complementizers: the case of temporal prepositions. *Linguistic Inquiry* 26, p. 125-137, 1991.
- EUBANK, L. (Ed.). *Point counterpoint: universal grammar in the second language*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- FIRMINO, G. *Situação linguística de Moçambique: Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2001.
- FUJITA, K. Double objects, causatives, and derivational economy. *Linguistic Inquiry* 27, p. 146-173, 1996.
- GONÇALVES, P. A construção de uma gramática do português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos. Unpublished. Doctoral Dissertation, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990.
- _____. O papel da interferência semântica na mudança linguística. In: D'ANDRADE, E.; Khim, A. (Ed.). *Actas do colóquio sobre 'Os crioulos de base lexical portuguesa'*. Lisboa: Edições Colibri, 1992. p. 73-80.

- _____. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 19 (2), p. 225-259, 2004.
- GONÇALVES, P.; MACIEL, C. Estruturas de subordinação na aquisição do português/língua segunda. In: GONÇALVES, P. (Ed.). *Mudanças do português em Moçambique: aquisição e formato de estruturas de subordinação*. Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 1998. p. 15-66.
- HYMAN, L.; DURANTI, A. On the object relation in Bantu. In: Hopper, P; Thompson, S. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1982. p. 217-239. v. 15: Studies in transitivity.
- KLEIN, E.; MARTOHARDJONO, G. Investigating second language grammars: some conceptual and methodological issues in generative SLA research. In: KLEIN, E.; MARTOHARDJONO, G. (Ed.). *The development of second language grammars: a generative approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 3-34.
- LAKSHMANAN, U. *Universal grammar in child second language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- _____. Child second language acquisition of syntax. *Studies in Second Language Acquisition*, 17, p. 301-329, 1995.
- LARSON, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, 19, p. 335-391, 1988.
- LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- _____. *The development of language*. Acquisition, change and evolution. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- MOLLICA, M. C. Process and morpho-semantic effects in complementation. *Language Variation and Change* 3, p. 265-274, 1991.
- MONTRUL, S. Activating AgrIOP in second language acquisition. In: KLEIN, E.; MARTOHARDJONO, G. (Ed.). *The development of second language grammars: a generative approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 81-107.

- PESETSKY, D. *Zero syntax: experiences and cascades*. Cambridge MA: MIT Press, 1995.
- PLATT, J.; WEBER, H.; HO, M. *The new Englishes*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- SCHWARTZ, B.; SPROUSE, R. L2 cognitive states and the fulltransfer/full access model. *Second Language Research*, 12, p. 40-72, 1996.
- WEXLER, K.; MANZINI, R. Parameters and learnability in binding theory. In: ROEPPER, T.; WILLIAMS, E. (Ed.). *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, 1987. p. 41-76.
- WHITE, L. A note on Phinney. In: Roeper, T.; Williams, E. (Ed.). *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, 1987. p. 239-246.

Notas

- 1 Este artigo constitui uma versão modificada do estudo publicado em 2002 na revista *Second Language Research*, 18 (4), ‘The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African change’, p. 325-347.
- 2 Cf. Platt *et al.* (1984) sobre os “New Englishes”.
- 3 Cf. Gonçalves (2004), onde esta tentativa de unificação dos diferentes cenários de mudança linguística é aprofundada.
- 4 Para visões panorâmicas da pesquisa sobre L2 em relação a este tópico durante este período, veja-se Eubank, 1991; Klein e Martohardjono, 1999.
- 5 Para uma visão geral dos seis traços cruciais da mudança linguística, veja-se Lightfoot (1991; 1999).
- 6 No contexto desta análise, far-se-á referência às línguas bantu de uma forma geral, e não a uma língua bantu específica. Considerando que esta pesquisa está orientada numa perspectiva paramétrica – isto é, tem como foco propriedades gramaticais abstractas – na descrição gramatical que se segue, toma-se como referência o Changana, uma língua do Sul de Moçambique.
- 7 As construções analisadas neste estudo de caso foram produzidas por cerca de 70% dos informantes auscultados.
- 8 Esta hipótese também se aplica às construções em que se registra o chamado ‘salto dativo’ (“dative shift”) (veja-se, por exemplo, a frase do inglês, *John gave [Mary] [a book]*), em que ‘a preposição incorporada é simplesmente invisível’ (Baker, 1988: 283).

- 9 Neste estudo do sistema de marcação casual das línguas bantu e do PM, adopta-se Baker (1988), visto que, diferentemente de outros estudos (veja-se Larson, 1988; Pesetsky, 1995; Fujita, 1996), a sua análise dá conta especificamente das construções das línguas bantu, nomeadamente as construções aplicativas, que se assume serem o estádio inicial na aquisição das estruturas dativas do PE.
- 10 De acordo com os dados disponíveis, a realização lexical da preposição *a* com argumentos OI e OD parece depender de uma regra opcional e não de condições de ‘recuperação’ como acontece em Inglês (cf. Larson, 1988).
- 11 De acordo com esta análise, a associação da preposição *a* e do clítico dativo *a* nomes [+ humano] mostra ainda que, no PM, ocorreu uma outra mudança paramétrica, relacionada com a criação de uma classe nominal, onde se integram os nomes com este traço semântico (Gonçalves, 1992). As evidências desta nova propriedade gramatical incluem – para além da preposição *a* e do clítico dativo – o uso de um clítico reflexivo com verbos psicológicos, que seleccionam sujeitos [+ humano]. Exemplo: *[NP O homem] desconfiou-se [NP o indivíduo]*.
- 12 As construções analisadas neste estudo de caso foram produzidas por cerca de 45% dos informantes auscultados.
- 13 Dada a ausência de estudos sobre esta área da gramática das línguas bantu, neste estudo considera-se que esta generalização acerca dos traços de subcategorização das preposições é apenas válido para a não existência do traço de subcategorização [– CP].
- 14 É importante mencionar que as orações adverbiais introduzidas por advérbios também admitem a mesma descrição: *Temos de sair [ADVP antes [CP que anoiteça]]*. Este tipo de orações adverbiais não é aqui analisado a fim de não alongar demasiado esta descrição.
- 15 Mollica (1991) mostra que no português do Brasil, no ‘Novo Espanhol Americano’ e em estágios anteriores destas línguas, é frequente o fenómeno de ‘dequeísmo’, em que o complementador *que* co-ocorre com a preposição *de*. Note-se, contudo, que no estudo de Mollica não há qualquer referência à possibilidade de a preposição *para* ser usada com o complementador como acontece no PM.

